

Economistas alertam para gasto político

Distribuir verbas federais para conquistar apoio ao presidente pode levar a economia ao descontrole, advertem especialistas

ROLF KUNTZ

O risco do descontrole volta a aparecer no horizonte, embora a crise política ainda não tenha afetado seriamente a economia. Nos quadros desenhados por cinco especialistas em análise de conjuntura, a melhor hipótese é a de um consenso destinado a manter o País governável. A pior é a de um afrouxamento dos gastos e da política monetária, numa operação de barganha política. Isto pode ocorrer com ou sem o presidente Collor no Palácio do Planalto.

Como não há proposta de política alternativa, não há como tomar um caminho muito diferente do atual, diz o professor Antônio de Barros Castro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mesmo os defensores da dolarização, argumenta, não escolheriam este momento para a experiência. Mas o risco apontado por outros analistas não é o de uma nova política econômica: é o de uma não-política, isto é, de uma solução destinada produzir um alívio passageiro, numa economia batida pela recessão, e a municiar os aliados do presidente, seja ele quem for, num ano de eleições. Se acontecer algo desse tipo, diz o professor Cláudio Contador, "vai começar tudo de novo".

Com reservas cambiais na altura de US\$ 20 bilhões e os preços avançando na "calmaria da alta inflação" (a expressão é do professor Castro), o perigo de hiperinflação parece remoto, neste momento. Mas a calma-

ria depende, em boa parte, das expectativas de empresários e consumidores. Essa expectativa tem sido condicionada, desde o fim do ano passado, por uma política econômica ortodoxa e sem solavancos.

Sem controle de preços, mas com ampla indexação pelo mercado, a inflação tem-se mantido próxima de 22% ao mês, com o desemprego alto e a atividade ainda deprimida. Os técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) também acabam de criar um nome especial: "equilíbrio macroeconômico de alta inflação". É uma situação, acrescentam, "extremamente instável". Qualquer choque, está escrito no último boletim de conjuntura do Ipea, "pode elevar a taxa de inflação e produzir efeitos irrecuperáveis sobre alguns dos resultados positivos já obtidos nos diversos fronts, além de ameaçar as reformas estruturais já empreendidas pela atual equipe econômica".

Alta de preços pouco mais rápida, a partir de agosto, é uma tendência apontada por vários analistas. Nada desastroso, dizem, se a situação do Tesouro não se complicar e não houver excessiva expansão da liquidez — medida não só pela moeda em sentido estrito, mas também pelas aplicações financeiras de curto prazo. A primeira dessas condições é duvidosa: o aumento da receita prevista para julho não ocorreu. E os ministros políticos pressionam a equipe econômica para gastar mais. É o preço, dizem, do apoio necessário ao presidente.